

澳門特別行政區中級法院
刑事上訴卷宗第 805/2009 號
合議庭裁判

一、序

澳門特別行政區初級法院刑事法庭第 CR3-08-0356-PCC 號刑事卷宗中的各嫌犯基於一審法院合議庭在審判聽證中認定的事實，各人被判決如下：

第一嫌犯 A 被控以直接共犯及既遂方式觸犯的：

- 1 項第 6 / 2004 號法律 14 條第 1 款所規定及處罰的協助罪，因證據不足，判處罪名不成立；
- 1 項《刑法典》第 245 條及第 244 條第 1 款 c) 項所規定及處罰的偽造具特別價值文件罪，因證據不足，判處罪名不成立；
- 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，判處 **4 年 6 個月徒刑**；及
- 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，改判為以未遂方式觸犯了 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項、第 196 條 b) 項、第 22 條及第 67 條所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，判處 **3 年 3 個月徒刑**。

兩罪競合，合共判處 **6 年實際徒刑的單一刑罰**。

第二嫌犯 B 被控以直接共犯及既遂方式觸犯的：

- 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，判處 **4 年 6 個月徒刑**；
- 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，改判為以未遂方式觸犯了 1 項《刑法典》第 211 條第

1 款、第 4 款 a) 項、第 196 條 b) 項、第 22 條及第 67 條所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，判處 3 年 3 個月徒刑；及

- 1 項《刑法典》第 148 條第 1 款所規定及處罰的脅迫罪，判處 1 年 6 個月徒刑；及

三罪競合，合共判處 7 年實際徒刑的單一刑罰。

第三嫌犯 C 被控以直接共犯及既遂方式觸犯的：

- 1 項《刑法典》第 148 條第 1 款所規定及處罰的脅迫罪，因證據不足，判處罪名不成立；
- 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，判處 4 年 6 個月徒刑；
- 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，改判為以未遂方式觸犯了 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項、第 196 條 b) 項、第 22 條及第 67 條所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，判處 3 年 3 個月徒刑；及
- 1 項《刑法典》第 148 條第 1 款所規定及處罰的脅迫罪，判處 1 年 6 個月徒刑。

三罪競合，合共判處 7 年實際徒刑的單一刑罰。

第四嫌犯 D 被控以直接共犯及既遂方式觸犯的：

- 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，改判為以未遂方式觸犯了 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項、第 196 條 b) 項、第 22 條及第 67 條所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，判處 3 年 3 個月徒刑。；及
- 2 項《刑法典》第 245 條及第 244 條第 1 款 c) 項所規定及處罰的偽造具特別價值文件罪，每項判處 1 年徒刑。

三罪競合，合共判處 4 年 3 個月實際徒刑的單一刑罰。

第五嫌犯 E 被控以直接共犯及既遂方式觸犯的：

- 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，改判為以未遂方式觸犯了 1 項《刑法典》第 211 條第

1 款、第 4 款 a) 項、第 196 條 b) 項、第 22 條及第 67 條所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，判處 3 年 3 個月實際徒刑。

第六嫌犯 F 被控以直接共犯及既遂方式觸犯的：

- 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，改判為以未遂方式觸犯了 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項、第 196 條 b) 項、第 22 條及第 67 條所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，判處 3 年 3 個月徒刑；及
- 1 項《刑法典》第 148 條第 1 款所規定及處罰的脅迫罪，判處 1 年 6 個月徒刑。

兩罪競合，合共判處 4 年實際徒刑的單一刑罰。

第七嫌犯 G 被控以直接共犯及既遂方式觸犯的：

- 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，改判為以未遂方式觸犯了 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項、第 196 條 b) 項、第 22 條及第 67 條所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，並具有第 6/2004 號法律第 22 條所規定的加重處罰情節，判處 3 年 3 個月實際徒刑。

第八嫌犯 H 被控以直接共犯及既遂方式觸犯的：

- 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，因證據不足，判處 罪名不成立。

第十嫌犯 I 為直接共犯，其既遂之行為觸犯了：

- 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，判處 4 年 6 個月實際徒刑。

判處嫌犯 A、B、C 及 I 連帶賠償被害人 M 的財產損失，賠償金額為美金 5,000 圓及人民幣 1,136,983.12 圓，以及該賠償金額由判決確定日起直至完全繳付時的法定利息。

當中嫌犯 A、C、D、F 及 G 五人對一審判決不服，分別以下述的上訴理由提起平常上訴：

A 上訴理由的結論如下：

1. Por douta sentença de 28 de Agosto do corrente ano foi o Recorrente condenado: Pela prática, em co-autoria material e na forma consumada de um crime de burla de valor consideravelmente elevado, p.p. pelo art, 211º, n.º 1, n.º 4, al. a) e art, 196º al. b) do Código Penal, na pena de 4 anos e 6 meses de prisão; Pela prática, em co-autoria material e na forma tentada de um crime de burla de valor consideravelmente elevado, p.p. pelo artigo 211º, n.º 1, n.º 4, al. a), art 196º, al.

b), artigo, artigo 22º e artigo 67º do Código Penal, convolvendo de imputado, na forma consumada de um crime de burla de valor consideravelmente elevado, p.p. pelo artigo 211º, n.º 1, n.º 4, al. a) e artigo 196º al. b) do Código Penal, na pena de três anos e três meses de prisão; Sendo condenado, em cúmulo jurídico dos 2 crimes, numa única pena de 6 anos de prisão efectiva.

2. Não se conformando com tal decisão judicial, dela recorre o Arguido **A**, por entender que o douto acórdão recorrido apreciou erroneamente os factos apresentados e as provas produzidas em audiência de discussão e julgamento consideradas essenciais para aferir do juízo de condenação ou não da sua conduta. Imputando o Recorrente ao Acórdão recorrido o vício da alínea a) do n.º 2 do artigo 400º do CPP, qual seja, o da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada.

3. A indicação das provas que serviram para fomar a convicção do Tribunal e dar origem ao douto acórdão em apreço, foram os depoimentos dos ofendidos, das restantes testemunhas e do 2º Arguido, bem como as declarações das testemunhas e os documentos juntos aos autos, e são, no modesto entender do recorrente insuficientes ao enquadramento jurídico deles feito.

4. Desde logo, porque as declarações prestadas pelos ofendidos e as declarações das testemunhas permitem concluir, com elevado grau de certeza, concluir que o ora Recorrente não teve participação directa ou indirecta nos factos porque foi acusado e condenado, no que diz respeito ao crime de burla de valor consideravelmente elevado.

5. Dizer que o Recorrente astutamente provocou a prática de actos que causem prejuízos patrimoniais aos ofendidos, trata-se de puras conclusões de facto, sem factos concretos que estejam na sua base.

6. Aliás, na verdade não se lhe imputa qualquer outro facto concreto que nos permita concluir que o Recorrente em conjugação de esforços agiu com a intenção de burlar alguém.

7. O facto de supostamente o Recorrente ser ter apresentado como outra pessoa, o que desde já não se admite, não tem qualquer causa efeito com o facto dos ofendidos terem perdido dinheiro num jogo de Pocker.

8. Aliás, dizer-se que um dos ofendidos se sente lesado, porque o Recorrente alegadamente lhe disse que lhe ajudaria a pagar a dívida de jogo, caso este perdesse, é no mínimo ingénuo e negligente por parte do ofendido, ou será uma desculpa para simplesmente não pagar uma dívida de jogo.

9. Dos factos provados nada resulta no sentido de o Recorrente ter praticado factos que integrassem os elementos objectivos ou o elemento subjectivo dos referidos crimes.

10. Não há factos concretos que permitam apurar conclusões concretas de que o Recorrente agiu com os demais Arguidos em conjugação de esforços para burlar alguém, nem tão pouco para concluir que o Recorrente cometeu o crime de coação.

11. Ora, ficou provado apenas que o Recorrente se apresentou com um diferente nome, mas não se provou qual foi o motivo desse erro, nem ficou provado que ele tivesse envolvido em quaisquer outras peripécias com a intenção de bular alguém.

12. Não há factos concretos que permitam apurar conclusões concretas de que o Recorrente agiu com os demais Arguidos em conjugação de esforços para bular alguém.

13. A condenação do Recorrente resulta apenas de meras considerações de facto. Não lhe é imputado nenhum facto concreto, nem nada se provou quanto ao eventual conhecimento que o Recorrente tivesse da alegada intenção de burlar os ofendidos, o que se revela insuficiente para o condenar como co-autor dos crimes por que foi condenado, pelo que se impõe a sua absolvição.

14. Pelo que existe claramente uma insuficiência para a decisão da matéria de facto apurada, nos termos do disposto no artigo 400º. N.º 2, alínea a) do CPP, o que impõe a anulação da decisão recorrida.

15. Para além desses vícios e anomalias, o acórdão recorrido não especificou os fundamentos que presidiram à escolha e à medida da sanção aplicada aos crimes por que o recorrente veio a ser condenado. Com efeito impunha-se que ao proceder ao enquadramento jurídico penal da factualidade provada, se procedesse a uma análise

do tipo legal imputado na pronúncia ao Arguido, definindo o seu âmbito de aplicação e os seus requisitos, posteriormente aferindo-se se tais requisitos se mostravam ou não preenchidos. Ao não se proceder assim, incorre-se no vício de nulidade de acórdão por força do prescrito nas disposições legais 360º/a) e 105º/n.º1 do CPP.

16. Para além de tal vício, o acórdão recorrido ainda incorreu numa irregularidade ao não fazer a análise crítica da prova produzida, nem especificou os fundamentos que presidiram à escolha e à medida da sanção aplicada por que o recorrente veio a ser condenado. (art. 356º/n.º 1 CPP)

17 . Acredita o Recorrente que vai ser absolvido dos crimes que lhe foram imputados, desde logo porque não foi feita prova dos elementos integradores dos referidos crimes. De qualquer modo não pode o Recorrente, por mera cautela de patrocínio, deixar de se pronunciar sobre a medida pena que lhe deve ser aplicada, (tendo em consideração, a sua idade, o facto do Recorrente não ter registo criminal e a sua situação familiar), a qual deverá passar, tendo em conta a moldura penal abstracta aplicável, por uma redução da pena de prisão, a qual não deverá ser superior a 3 anos, sendo suspensa na sua respectiva execução, uma vez que tal já permitirá salvaguardar as exigências mínimas essenciais de defesa do ordenamento jurídico e o afastamento do agente da criminalidade.

Nestes termos, pelo exposto, requer-se ao Venerando Tribunal de Segunda Instância que seja dado provimento ao presente recurso. levando em consideração a motivação do recurso e decidirem conformidade com as conclusões, e, em consequência:

- Absolver o recorrente dos crimes de burla de valor consideravelmente elevado, p.p. pelo artigo 211º, n.º 1, nº 4, al. a), art 196º, al. b) do Código Penal;
- Quando assim se não entenda, o que se admite sem conceder, ser aplicado ao Recorrente uma redução da pena de prisão, a qual não deverá ser superior a 3 anos, sendo suspensa na sua respectiva execução, uma vez que tal já permitirá salvaguardar as exigências mínimas essenciais de defesa do ordenamento jurídico e o afastamento do agente da criminalidade, assim se fazendo a

costumada JUSTIÇA!

C 上訴理由結論如下：

1. Por douta sentença de 28 de Agosto do corrente ano foi o Recorrente condenado: Pela prática, em co-autoria material e na forma consumada de um crime de burla de valor consideravelmente elevado, p.p. pelo art. 211º, n.º 1, n.º 4, al. a) e art. 196º al. b) do Código Penal, na pena de 4 anos e 6 meses de prisão; Pela prática, em co-autoria material e na forma tentada de um crime de burla de valor consideravelmente elevado, p.p. pelo artigo 211º, n.º 1, n.º 4, al. a), art. 196º, al. b), artigo, srtigo 22º e artigo 67º do Código Penal, convolando de imputado, na forma consumada de um crime de burla de valor consideravelmente elevado, p.p. pelo artigo 211º, n.º 1, n.º 4, al. a) e artigo 196º al. b) do Código Penal, na pena de três anos e três meses de prisão; Pela prática, em co-autoria material e na forma consumada de um crime de coacção, p.p. pelo art. 148º, n.º 1 do Código Penal, na pena de um ano e 6 meses de prisão. Sendo condenado, em cúmulo jurídico dos 3 crimes, numa única pena de 7 anos de prisão efectiva.
2. Não se conformando com tal decisão judicial, dela recorre o Arguido C, por entender que o douto acórdão recorrido apreciou erroneamente os factos apresentados e as provas produzidas em audiência de discussão e julgamento consideradas essenciais para aferir do juízo de condenação ou não da sua conduta. Imputando o Recorrente ao Acórdão recorrido o vício da alínea a) do n.º 2 do artigo 400º do CPP, qual seja, o da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada.
3. A indicação das provas que serviram para fomar a convicção do Tribunal e dar origem ao douro acórdão em apreço, foram os depoimentos dos ofendidos, das restantes testemunhas e do 2º Arguido, bem como as declarações das testemunhas e os documentos juntos aos autos, e são, no modesto entender do recorrente insuficientes ao enquadramento jurídico deles feito.
4. Desde logo, porque as declarações prestadas pelos ofendidos e as declarações das testemunhas permitem concluir, com elevado grau de certeza, concluir que o ora Recorrente não teve participação directa ou indirecta nos factos porque foi acusado e condenado, no que diz respeito ao crime de burla de valor consideravelmente elevado.
5. Apenas ficou provado que o Recorrente atendeu a um chamado do 2º Arguido,

indo levantar dinheiro com os cartões que aquele lhe havia entregue, desconhecendo o Recorrente se houve algum caso de burla. Para o Recorrente, era um simples caso de dívida de jogo, que estava a tentar ser resolvido.

6. Em nenhum dos factos alegados que permitam uma possível condenação pelo crime de burla de valor consideravelmente elevado, ou de coação, interveio o Recorrente.

7. Dos factos provados nada resulta no sentido de o Recorrente ter praticado factos que integrassem os elementos objectivos ou o elemento subjectivo dos referidos crimes.

8. Não há factos concretos que permitam apurar conclusões concretas de que o Recorrente agiu com os demais Arguidos em conjugação de esforços para burlar alguém, nem tão pouco para concluir que o Recorrente cometeu o crime de coação.

9. Aliás, no leque de factos provados, não se explicita nenhum facto simples donde resulte que o Recorrente ameaçou os ofendidos e os coagiram a entregar-lhe beneficias pecuniários.

10. A condenação do Recorrente resulta apenas de meras considerações de facto. Não lhe é imputado nenhum facto concreto, nem nada se provou quanto ao eventual conhecimento que o Recorrente tivesse da alegada intenção de burlar os ofendidos, o que se revela insuficiente para o condenar como co-autor dos crimes por que foi condenado, pelo que se impõe a sua absolvição .

11. Pelo que existe claramente uma insuficiência para a decisão da matéria de facto apurada, nos termos do disposto no artigo 400º. N.º 2, alínea a) do CPP, o que impõe a anulação da decisão recorrida.

12. Para além desses vícios e anomalias, o acórdão recorrido não especificou os fundamentos que presidiram à escolha e à medida da sanção aplicada aos crimes por que o recorrente veio a ser condenado. Com efeito impunha-se que ao proceder ao enquadramento jurídico penal da factualidade provada, se procedesse a uma análise do tipo legal imputado na pronúncia ao Arguido, definindo o seu âmbito de aplicação e os seus requisitos, posteriormente aferindo-se se tais requisitos se mostravam ou não preenchidos. Ao não se proceder assim, incorre-se no vício de nulidade de acórdão por força do prescrito nas disposições legais 360º/a) e 105º/n.º1 do CPP.

13. Para além de tal vício, o acórdão recorrido ainda incorreu numa irregularidade ao não fazer a análise crítica da prova produzida, nem especificou os fundamentos que presidiram à escolha e à medida da sanção aplicada por que o recorrente veio a ser condenado. (art. 356º/n.º 1 CPP)

14. Acredita o Recorrente que vai ser absolvido dos crimes que lhe foram imputados, desde logo porque não foi feita prova dos elementos integradores dos referidos crimes. De qualquer modo não pode o Recorrente, por mera cautela de patrocínio, deixar de se pronunciar sobre a medida da pena que lhe deve ser aplicada, (tendo em consideração, a sua idade, o facto do Recorrente não ter registo criminal e a sua situação familiar), a qual deverá passar, tendo em conta a moldura penal abstracta aplicável, por uma redução da pena de prisão, a qual não deverá ser superior a 3 anos, sendo suspensa na sua respectiva execução, uma vez que tal já permitirá salvaguardar as exigências mínimas essenciais de defesa do ordenamento jurídico e o afastamento do agente da criminalidade.

Nestes termos, pelo exposto, requer-se ao Venerando Tribunal de Segunda Instância que seja dado provimento ao presente recurso, levando em consideração a motivação do recurso e decidir em conformidade com as conclusões, e, em consequência:

- Absolver o Recorrente dos crimes de burla de valor consideravelmente elevado, p.p. pelo artigo 211º, n.º 1, n.º 4, al. a), art. 196º, al. b) do CP. E do crime de coação, p.p. pelo art. 148º, n.º 1 do Código Penal,
- Quando assim se não entenda, o que se admite sem conceder, ser aplicado ao Recorrente uma redução da pena de prisão, a qual não deverá ser superior a 3 anos, sendo suspensa na sua respectiva execução, uma vez que tal já permitirá salvaguardar as exigências mínimas essenciais de defesa do ordenamento jurídico e o afastamento do agente da criminalidade, assim se fazendo a costumada JUSTIÇA!

D 上訴理由結論如下：

1. 卷宗內根本沒有任何的證據支持作出上訴人在房間內和參與賭博判定，認為合議庭在審查證據方面存在明顯錯誤。

2. 上訴人在欠缺共同犯罪的決意的情況下，即使上訴人作出了假身份接待了被害人的行為，亦認為以共同正犯判其有罪是不可行的。請求作出開釋裁判。
3. 即使不認同上述觀點，上訴人被裁定以直接共同正犯及未遂方式觸犯 1 項相當巨額詐騙罪判處三年三個月之實際徒刑。
4. 考慮到上訴人之各種犯罪情節，如不法程度、故意程度、犯罪預防及犯罪後之態度等方面，其並不應被處三年三個月之徒刑。
5. 因此，上訴人認為原審法院合議庭無充份考慮上訴人的現況，而在確定刑罰份量方面偏重，違反《刑法典》第 40 條及 65 條的規定。

請求上級法院作出一如既往的公正裁決。

F 上訴理由結論如下：

1. 上訴人 F 被判處以未遂方式觸犯了一項刑法典第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項、第 196 條 b) 項第 22 條及第 67 條規定及處罰的相當巨額詐騙罪，判處 3 年 3 個月徒刑；及一項以既遂方式觸犯了一項刑法典第 148 條第 1 款規定及處罰的脅迫罪，判處 1 年 6 個月徒刑，單一實際徒刑為 4 年。
2. 上訴人認為原審法院合議庭認定各嫌犯使用曾使用“出千”之方法贏取賭博存有明顯之錯誤，尤其是關於認定『最後一局由第一嫌犯 A 以“出千”方法令第六嫌犯贏出。』之事實。
3. 因卷宗並沒有任何證據或證言以供法作出認定相關事實，故一般人或受過中等教育的人也能察覺到。
4. 因此，判決判決明顯違反刑事訴訟法典第 114 條，並沾有刑事訴訟法典第 400 條第 c) 項規定之審查證據有明顯錯誤之瑕疵，根據刑事訴訟法典第 418，應將卷宗發回重審。
5. 即使合議庭法官不認同上訴人上述見解，上訴人仍認同原審法院之裁決，就原審法院合議庭在確定刑罰份量方面，上訴人認為它是偏高（重）的。
6. 上訴人被指控觸犯之罪行，未遂之相當巨額詐騙罪，刑幅為 1 個月至 6 年 8 個月，在這項犯罪中，上訴人並非嚴重，且其行為所產生之刑事程序已令其失去工作，對其人生已產生嚴重之影響。

7. 故其被判處未遂之相當巨額詐騙罪，判處 3 年 3 個月之徒刑，應為過重，據法典第 65 條量刑之標準，上訴人認為未遂之相當巨額詐騙罪應判處約 2 年 9 個月之徒刑較為適合。
8. 一項以既遂方式觸犯了一項刑法典第 148 條第 1 款規定及處罰的脅迫罪，刑幅為 1 個月至 3 年徒刑或科 10 日至 360 日罰金。
9. 在這犯罪中，上訴人並未真正對受害人造成任何損害，判處 1 年 6 個月徒刑，應為過重，上訴人認為未遂之相當巨額詐騙罪應判處約 1 年之徒刑較為適合。
10. 兩罪併罰，刑幅為 2 年 9 個月至 3 月 9 個月，上訴人認單一實際徒刑為 3 年較為恰當。
11. 因此，上訴人認為原審法院合議庭無充份考慮上訴人的現況而在確定刑罰份量方面偏重，故此，合議庭之裁判違反了澳門刑法典第 40 條、65 條之規定，應重新給予量刑。

綜上所述，合議庭之裁判明顯存有澳門刑事訴訟法典 400 條 2 款 c) 項之瑕疵及違反刑事訴訟法典第 114 條。

因此，請求中級法院法官 閣下裁定上訴成立，並按澳門刑事訴訟法典規定，命令對本案重新審判或作出適當處理。

請求法庭公正審理。

G 上訴理由結論如下：

- 1) 上訴人 G 被合議庭判處，1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，改判為以未遂方式觸犯了 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項、第 196 條 b) 項、第 22 條及第 67 條所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，並具有第 6/2004 號法律第 22 條所規定的加重處罰情節，判處 3 年 3 個月之實際徒刑。
- 2) 上訴人 G 被合議庭判處 3 年 3 個月之實際徒刑，認為刑罰過重，以及認為《刑法典》並沒規定能配合適用第 6 / 2004 號法律第 22 條所規定。

- 3) 然而，根據《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項及第 196 條 b) 項所規定及處罰的一項相當巨額詐騙罪，最高可處 2 年至 10 年徒刑。
- 4) 根據《刑法典》第 22 條（犯罪未遂之可處罰性）、第 67 條（特別減輕之規定），以及第 41 條 1 款（刑罰法定之最低限度）所規定，上訴人觸犯的一項未遂相當巨額詐騙罪，「可科處以 1 個月徒刑至 6 年 8 個月徒刑。」

**

- 5) 至於第 6/2004 號法律第 22 條所規定的加重處罰情節方面，有關規定是「在對普通法例所定犯罪進行量刑時，行為人處於非法入境或非法逗留的事實將構成加重情節。」
- 6) 『詐騙罪』規定在《刑法典》第二編第三章（一般侵犯財產罪）之內，並沒有規定加重情節如何具體適用。
- 7) 反之，在《刑法典》第 171 條、第 171 條、第 178 條、第 192 條、第 281 條、第 325 條，規定了有關加重（agravação）情節之犯罪，但是，並沒有包括第 211 條所規定之『詐騙罪』。
- 8) 經第 6/2001 號法律修改後增加的《刑法典》第 68-A 條所指的刑罰加重，只是規定加重因利用不可歸責者犯罪情節的刑罰；也沒有包括第 6/2004 號法律第 22 條所規定的加重處罰情節方面所規定之『詐騙罪』。
- 9) 基於「罰刑法定原則」，法庭不應以法律具體條文沒有規定時，而仍然適用第 6/2004 號法律第 22 條所規定的加重處罰情節之規定。
- 10) 因此，上訴人 G 被合議庭判處，以未遂方式觸犯了 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款第 4 款 a) 項、第 196 條 b) 項、第 22 條及第 67 條所規定及處罰的相當巨額詐騙罪，並具有第 6/2004 號法律第 22 條所規定的加重處罰情節，判處 3 年 3 個月之實際徒刑，明顯不合適。
- 11) 上訴人認為法庭應判處：以未遂方式觸犯了 1 項《刑法典》第 211 條第 1 款、第 4 款 a) 項、第 196 條 b) 項、第 22 條及第 67 條所規定及處罰的相當巨額詐騙罪。
- 12) 綜合上述原因，上訴人觸犯的一項未遂相當巨額詐騙罪是以「可科處以 1 個月徒刑至 6 年 8 個月徒刑。」來考慮，認為判處 2 年 9 個月徒刑最為適合。

**

13) 根據《刑法典》第 67 條第 2 款也規定特別減輕之刑罰經具體定出後，可依據一般規定代替及暫緩執行之。

14) 上訴人 G 屬初犯，而被羈押獄中應該知悉違反法律之嚴重後果，而上訴人在各嫌犯中已證實的參與程度亦算相對低。上訴人認為僅對事實作譴責並以監禁作威嚇可適當及足以實現處罰之目的，請求法庭給予緩刑的機會。

綜合所述，請求法官大人接納上訴，並按《刑事訴訟法典》規定，廢止初級法院合議庭之裁判，並判上訴人 G 較有利之刑罰，給予徒刑暫緩執行。

檢察院就上訴依法提交答覆，認為 A、C、D、G 各人的上訴理由不成立，而 F 的上訴應予駁回。

隨後上訴連同原卷宗上呈至本中級法院，駐本院的助理檢察長依法作出檢閱，並就上訴人提出的上訴理由提出其法律意見，認為各上訴均應以駁回。

經裁判書製作法官依法作出初步審查，當中指出上訴理由明顯不成立，應予駁回，並決定以評議會方式審理。

經兩位助審法官依法檢閱後，本上訴提交評議會審理。

二、理由說明

根據原審法院的一審裁判，下列者為獲證事實：

一

在不確定時間起，第一至第七嫌犯及第十嫌犯以及其他數名身份不明人士多次糾集在一起採用虛假的個人身份配以虛構出的一些香港公司的名義偽稱欲和一些內地公司創業合作，將內地多名商人誘騙到澳門，在洽談生意期間再誘騙

這些商人進行賭博，並使用“出千”等手法令到該等商人賭輸，承認欠下大筆款項，之後使用各種威脅手法強逼他們還款和寫下巨額欠單，以取得非法利益。

三

2007年11月13日，山東J船舶重工有限公司董事長、天津市場K船廠廠長、L有限公司董事M（第二被害人）的秘書N接到一名自稱為“O控股實業有限公司”的職員P的電話，進說其合作經營造船生意。

同年11月27日，一名自稱為“O控股實業有限公司”企業發展部經理Q的男子到達天津並與第二被害人會面。

同年12月5日，上述Q致電第二被害人，聲稱其公司董事會已經同意在2008年投資伍億人民幣(RMB500,000,000.00)於該被害人的公司，同時第一嫌犯A以“O控股實業有限公司”董事局主席，執行總裁R的身份在電話中邀請第二被害人到香港考察。

2007年12月10日，第二被害人到達深圳，但第一嫌犯A則以正在澳門參加一個銀行會議為由要求該被害人到澳門與其會面。

隨後，第二被害人在一名自稱為O控股實業有限公司禮賓部S的男子的協助和安排下，乘船進入澳門特別行政區，並在上述自稱為Q的男子的安排下，入住T酒店XXX號房。

次日上午八時三十分左右，Q帶第二被害人到U酒店XXX號房與第一嫌犯A會面。

上述房間是早前第四嫌犯D以一張編號為GXXXX的香港居民身份證以其持有人“V”的名義承租下的。

第四嫌犯D清楚知道其本人並非香港特區居民，該證上所載身份資料與其本人真實的完全不相符。

第一嫌犯A將同在XXX號房裏的第十嫌犯I和第二嫌犯B介紹給第二被害人。第十嫌犯自稱其為“澳門賽馬會練馬師”W，第二嫌犯自稱其為澳門X芬蘭殿董事Y，是Z的外甥。

之後，Q、第一嫌犯A、第二嫌犯B和第十嫌犯I極力遊說第二被害人玩撲克牌賭博，當第二被害人玩了幾局表示想退出時，第一嫌犯要求其繼續玩，並聲稱會將所贏的一半錢捐給紅十字會，同時將負責第二被害人賭輸後的債務。

在最後一局賭局中各人以紙記下各自的投賭額，由於第二被害人相信此只為遊戲以及第一嫌犯 A 已聲稱會為其承擔債務，所以就任由第一嫌犯為其下注。

但在開局後，第二被害人被告知共輸了港幣叁佰肆拾捌萬伍仟圓 (HK\$3,485,000.00)，而贏者為第二嫌犯 B。

此時，第一嫌犯 A 藉詞有要事離開了 XXX 號房。

第一嫌犯 A 離開後，第二嫌犯 B 即要求第二被害人還錢，因第二被害人拒絕還錢，兩人發生爭吵。

第二嫌犯 B 在第二被害人面前致電他人之後，第三嫌犯 C 進入 XXX 號房，並與第二嫌犯一起向第二被害人追債，第二嫌犯恐嚇該被害人說“如果不還錢就任由第三嫌犯將其帶走，屆時不知該些兄弟如何待你”。

第二被害人因此感到非常害怕，在第三嫌犯 C 搜掠其手提包時也不敢反抗。

第三嫌犯 C 未經第二被害人同意下，將該被害人放在手提包內的伍仟美圓 (US\$5,000.00)、一張中國農業銀行發出的銀聯卡和其本人的內地居民身份證取出拿走。

因害怕其人身受到傷害，在第三嫌犯 C 的威逼下，第二被害人不得不將銀聯卡的密碼說出。

第三嫌犯 C 立刻拿着第二被害人的上述銀聯卡以及內地居民身份證到附近一家名為“Aa”的商店，以刷卡消費的方式將第二被害人卡內總數人民幣伍拾叁萬伍仟叁佰玖拾陸圓陸角兩分(RMB\$535,396.62)的款項全部取出。

之後，第二嫌犯 B 及第三嫌犯 C 繼續逼迫第二被害人還錢，第二被害人不得不致電其三名天津朋友，由他們向其本人的上述銀聯卡帳戶共轉入人民幣陸拾萬圓(RMB\$600,000.00)。

第二嫌犯 B 及第三嫌犯 C 在知道有關款項到帳後，立刻由第三嫌犯持第二被害人的上述銀聯卡分三次到一家名為 Bb Shop Co. Ltd.的商店以刷卡消費方式將款項取出，有關款項分別是人民幣貳拾玖萬伍仟玖佰零玖圓捌角陸分(RMB\$295,909.86)、人民幣壹拾萬叁仟肆佰柒拾壹圓伍角柒分(RMB\$103,471.57)和人民幣貳拾萬貳仟貳佰零伍圓柒分(RMB\$202,205.07)。

第二被害人最後按第二嫌犯 B 及第三嫌犯 C 之指示，要求其另一朋友將人民幣壹拾萬圓(RMB\$100,000.00)存入一個戶口持有人 Cc，戶口號為 XXXXX 的

中國工商銀行戶口內後，第二嫌犯及第三嫌犯才帶第二被害人離開酒店並將其送至關閘出境大堂。

第二嫌犯 **B** 另外還提供一個戶口持有人為 **Dd**，戶口號 XXX-XXXX 的中國建設銀行戶口以便第二被害人償還其欠第二嫌犯的陸萬圓（\$ 60,000.00）。

經內地公安機關查核，上述戶口均被人盜用身份資料後開立的銀行戶口。

五

2008 年 2 月 29 日，第七嫌犯 **G** 利用山西 **Ee** 有限責任公司在山西晚報上刊登的廣告致電該公司董事長 **Ff**（第四被害人），自稱其為“香港 **Gg** 集團有限公司”的代表“**Hh**”表示該公司有意與該被害人的公司合作。

第七嫌犯 **G** 與另一名自稱為“**Gg** 集團有限公司”拓展部經理“**Ii**”的男子於同年 3 月 1 日到達山西，以考查上述被害人的公司的名義假意同該被害人見面，並進行了商談。

同月 9 日，當第四被害人與第七嫌犯 **G** 再度聯絡上時，該嫌犯聲稱因其公司老闆“**Jj**”在深圳接待港珠澳大橋工程的新加坡財團，不能抽空到山西，所以邀請第四被害人到香港與“**Jj**”會面。

第四被害人於是在 2008 年 3 月 11 日乘飛機同其朋友 **Kk** 由太原飛抵深圳，當時，“**Ii**”自稱為“**Gg** 集團有限公司”經理 **Ll** 的第四嫌犯 **D** 機場接第四被害人及 **Kk** 二人。

第四嫌犯 **D** 向第四被害人聲稱其集團老闆因正在澳門接待新加坡財團，所以要求該被害人前往澳門與其集團老闆相見。

第四被害人考慮到發展生意所需，因此答應前去澳門，並在第七嫌犯 **G** 的安排下，於當日晚上十九時左右與 **Kk** 乘船抵達澳門。

第四被害人及 **Kk** 到澳門後，由自稱“**Gg** 集團有限公司”主席秘書的第五嫌犯 **E** 在碼頭外迎接，第五嫌犯同時將在場的自稱為新加坡“**Ll**（國際）物流有限公司”及“**Mm** 船務私人有限公司”董事總經理 **Nn** 的第二嫌犯 **B** 介紹給第四被害人。

第四被害人及 **Kk** 二人在第五嫌犯 **E** 的陪同安排下入住 **T** 酒店。

當晚，第五嫌犯 **E** 和第二嫌犯 **B** 陪同第四被害人及 **Kk** 二人晚餐時，第一嫌犯 **A** 以“**Gg** 集團有限公司”主席兼董事長 **Oo** 的身份到場與第四被害人及 **Kk** 二人相見。

2008年3月12日上午九時三十分，第四被害人和 **Kk** 在第五嫌犯 **E** 的陪同下在 **T** 酒店中餐廳見到第七嫌犯 **G**。

第七嫌犯 **G** 是 2008 年 3 月 12 日前透過未能證實方式偷渡進入澳門特區的。

稍後，第七嫌犯 **G** 以與 “**Jj**” 見面商談名義陪同第四被害人到達 **Pp** 酒店，該被害人到達後，在第七嫌犯和早已等在該處的第四嫌犯 **D** 一起陪同下進入該酒店 XXX 號房。

該房是第四嫌犯 **D** 早前使用一張載有其相片的 CXXXX 號香港身份證以該證所載持有人的 “**Qq**” 名義所租的。

第一嫌犯 **A** 及第四嫌犯 **D** 清楚知道第四嫌犯並非香港居民，該證所載持有人身份資料與第四嫌犯真實的完全不同，經查驗，該身份證為一假證。

而第一嫌犯 **A** 和第二嫌犯 **B** 則早已在該房間裏了。

第一嫌犯 **A** 將第四被害人帶到另一房間內假裝商談合作意向時，第六嫌犯 **F** 到達，並向該被害人聲稱其為 “**Rr** 集團有限公司” 的董事總經理 “**Ss**”。

第一嫌犯 **A** 稍後向第四被害人承諾會購買該被害人公司在山西開發的樓盤，但借口有關合同需等待其他人拿來而向該被害人建議用撲克進行賭博。

在其他在場的第二嫌犯 **B**、第四嫌犯 **D**、第六嫌犯 **F** 及第七嫌犯 **G** 的鼓動下，第四被害人開始用由第一嫌犯 **A** 提供的撲克和第一嫌犯、第二嫌犯、第六嫌犯及第七嫌犯進行賭博。

賭了幾局後，由於各人已將所有現金投注了，於是各人用紙筆記下輸贏金額。

第四被害人以為此玩法是不需支付金錢的，就不以為意。

最後一局由第一嫌犯 **A** 以 “出千” 方法令第六嫌犯 **F** 贏出。

此時，第一嫌犯 **A** 接到電話表示有事就離開了，而當第四被害人也想離開時，被第六嫌犯 **F** 阻止並被帶到臥室內。第六嫌犯將臥室內的房門關上拿著前述紙條要求該被害人償還貳佰萬圓（\$2,000,000.00）的債項。

當第四被害人表示會拒絕償還後，第六嫌犯 **F** 的態度轉為惡劣，並強調其身份而要求該被害人必須馬上承認自己輸掉了貳佰萬圓（\$2,000,000.00）。

第四被害人因此感到十分恐懼，並擔心如果不滿足第六嫌犯 **F** 的要求，其人身安全會受到進一步的侵犯，不得不承認賭了貳佰萬（\$2,000,000.00），再按

第六嫌犯的要求將其山西家中的電話號碼告訴了第六嫌犯以便第六嫌犯致電該被害人家中匯錢還債。

由於第六嫌犯 **F** 無法打通第四被害人家中電話，於是逼該被害人將其中國農業銀行“銀聯卡”交出並說出提款密碼。

第六嫌犯 **F** 將上述提款卡轉交給第三嫌犯 **C** 去提款，而第三嫌犯拿著第四被害人的提款卡走出酒店在附近賭場中的柜員機提款時被在場監視的司法警察局偵查員所截獲。

第四被害人被逼交出的上述提款卡中當時存有人民幣貳拾萬圓(RMB\$200,000.00)，而在賭博中則輸掉了約港幣壹萬叁仟圓(HKD13,000.00)左右。

司法警察局偵查員在 **Pp** 酒店大堂中截獲了在此徘徊多時的第八嫌犯 **H**，其後經其同意在該嫌犯身上搜出兩個均載有“**Gg** 集團有限公司”字樣的原子印以及大量載有各嫌犯虛假身份的名片。

司警人員於同日，經第五嫌犯 **E** 同意在其租住的 **Tt** 酒店 XXX 號房內進行搜索後，發現一張編號 XXXX，載有持證人姓名為“**Uu**”，但印有第五嫌犯照片的澳門永久性居民身份證，以及大量載有各嫌犯虛假身份的名片。

經檢測，上述身份證是一偽證。

六

第一至第七嫌犯及第十嫌犯完全清楚他們所聲稱的上述各家公司是杜撰出來，完全不存在的。

七

第一嫌犯 **A**、第二嫌犯 **B**、第三嫌犯 **C**、第四嫌犯 **D**、第五嫌犯 **E**、第六嫌犯 **F**、第七嫌犯 **G** 及第十嫌犯 **I** 以及其他數名身份不明的人士在明知的情況下，有意識地糾合在一起周密計劃。多次有分工地利用虛假身份互相配合，編造虛假事實，誘騙多名相信他們有能力進行商務合作的人士來澳，達到從中獲取非法利益之目的，其行為直接導致該等人士受到相當巨額的財產損失。

八

第二嫌犯 **B**、第三嫌犯 **C** 及第六嫌犯 **F** 在明知的情況下，有意識地以重大惡害相威脅，強逼他人承認為其債務人，寫上欠單或交出銀行提款卡以及密碼，並容忍該等嫌犯用此等銀行卡進行消費取款以從中取得非法利益。

十

第四嫌犯 D 明知其本人並非香港特區居民，仍在本特區內使用載有其本人相片或其他身份不明人士相片的偽造香港居民身份證，以爲其之後進行的犯罪活動作出準備。

第四嫌犯 D 的上述行爲同時也損害了該類證件的公信力，影響到該類證件所載資料的真實性和準確性，危害到本特區和第三者的利益。

十二

第七嫌犯 G 就指其觸犯之犯罪均具有第 6/2004 號法律第 22 條規定之加重處罰情節。

十三

第一至第七嫌犯及第十嫌犯清楚知道其行爲是法律所禁止，會受到法律的相應制裁。

*

另外證明下列事實 (Mais se provou) :

根據刑事紀錄證明，各嫌犯均爲初犯。

第一嫌犯 A 聲稱被羈押前於珠海任職地產公司銷售員，嫌犯的同居女友爲美容師，兩人育有 1 名 6 歲的女兒，嫌犯的父母已退休並跟隨嫌犯的哥哥生活。嫌犯學歷爲中專畢業。

第二嫌犯 B 聲稱被羈押前於香港經營一間小鋪，從事地產、雜物及蔬菜買賣，嫌犯的妻子爲清潔工人，兩人育有 3 名子女，長女已工作，二女爲大學生而幼子爲中學生。嫌犯學歷爲小學五年級。

第三嫌犯 C 聲稱被羈押前於內地經營清潔公司，每月約賺取人民幣 10,000 圓的收入，同時亦進行其他投資活動，嫌犯的妻子爲家庭主婦，兩人育有 3 名分別 11 歲、9 歲及 6 歲的子女。嫌犯學歷爲初中一年級。

第四嫌犯 D 聲稱被羈押前剛來澳門從事接待員的工作，嫌犯的妻子爲家庭主婦，兩人育有兩名分別 4 歲及半歲的子女，嫌犯亦須照顧母親。嫌犯學歷爲初中畢業。

第五嫌犯 E 聲稱被羈押前於香港任職保險公司的財務策劃顧問，每月平均約賺取港幣 20,000 圓的收入，嫌犯與前夫育有兩名女兒，離婚後均跟隨嫌犯生

活，長女為秘書，而幼女仍在求學中。嫌犯學歷為專科畢業。

第六嫌犯 **F** 聲稱被羈押前於深圳任職司機，月薪人民幣 3,000 圓，嫌犯的 wife 為小販，兩人育有 3 名分別 18 歲、15 歲及 8 歲，均在求學中的子女，嫌犯亦須照顧父母。嫌犯學歷為初中畢業。

第七嫌犯 **G** 聲稱被羈押前已失業多年，家庭經濟依靠積蓄及房地租金維持，嫌犯的 wife 為家庭主婦，兩人育有 1 名 15 歲的女兒。嫌犯學歷為高中畢業。

第八嫌犯 **H** 聲稱被羈押前於深圳在其姐夫經營的照牌公司任職技工及業務員，月薪約人民幣 3,000 圓，嫌犯的 parents 已退休，嫌犯尚有一兄三姐。嫌犯學歷為初中二年級。

本院首先強調上訴法院僅有義務審理上訴人提出的問題以判斷原審法院有否違法及犯錯，而非有義務回應上訴人為支持其主張的每一論據。

1. 獲證事實不足以支持裁判

上訴人 A 及 C 指出原審裁判犯有《刑事訴訟法典》第四百條第二款 a 項的「獲證事實不足以支持裁判」的瑕疵。

根據主流甚至沒有爭議的學說和司法見解，《刑事訴訟法典》第四百條第二款 a 項的「事實不足」瑕疵的成立前提是一審法院審理事實問題時沒有調查全部載於訴訟標的中的待證事實，由此而產生剩下的獲證事實不足，導致一審法院作出的有罪或無罪判決欠缺足夠的事實基礎。

兩上訴人未有指出原審法院在審理訴訟標的時有那些部份出現遺漏。此外，根據一審裁判書的理由說明部份，原審法院有列出所有獲證事實和說明哪些事實不獲認定。

因此，原審法院有審查訴訟標的全部，故不可能構成上訴人所指的《刑事訴訟法典》第四百條第二款 a 項的瑕疵。

然而，綜觀兩上訴就這一問題的主張的表述理由，似乎上訴人所指者是一審法院裁定上訴人有實施詐騙罪及脅迫罪時犯有法律審判的錯誤。

上訴人指出獲證的事實是不足以支持法律裁判。

但從上文轉錄的獲證事實，我們可得知包括兩上訴人在內的各行為人以合謀、分工方式共同實施一約定的犯罪計劃，各人雖然分工，但合謀時已共同約定或認同犯罪計劃，故不能基於其沒有實質實施整個犯罪計劃的全部行為而不能對之以詐騙罪論處。

故即使是法律審判部份，原審裁判不存在錯誤。

因此，這部份的上訴理由明顯不成立。

2. 欠缺理由說明

上訴人A及C指出原審裁判中沒有就事實的法律定性及刑罰的裁量作理由說明，因而構成《刑事訴訟法典》第三百六十條及第一百零五條第一款的無效情事。

上訴人以上的主張明顯毫無理由。事實上，只要稍讀一審裁判第 24 頁至第 29 頁的定罪及量刑部份的理由說明，使清楚明白一審法院有就犯罪事實的法律定性和刑罰裁量作了詳細的理由說明。

因此，這部份上訴理由明顯不成立。

3. 審查證據方面的明顯錯誤

上訴人 D 及 F 認為原審法院在認定事實時犯有明顯錯誤。

澳門現行的刑事上訴第二審制度，是以糾正審判錯誤為上訴目的，並非以完全重新審理作複審為目的。只有當一審法院違反程序法的規定，或犯有事實或法律錯誤時，且由訴訟主體或其他利害關係人提起上訴時，上訴法院方得根據上訴固有的移審效力，有權對被爭議的違法或錯誤部份，或依職權可主動審理的違法部份作出複審。

就審查證據以認定事實的方面而言，澳門現行的刑事訴訟的第一審制度奉行法官直接審理主義和口頭言詞辯論主義。

根據這兩項原則，一審法院的法官是親身直接審查卷宗內存有的證據，和在庭審時須會集訴訟主體及其他包括證人在內的訴訟參與人，經由彼等在庭上公開和口頭方式調查和辯論各種證據，以便讓一審法官評價這些證據的證明力並用以引為事實問題裁定的依據。

而上訴法院的法官沒有參與庭審的言詞辯論證據，只能以卷宗內所存在的材料來審理上訴提出的事實問題。

是故一審法院的法官被視為具最佳條件認定事實問題，而上訴法院僅在一審法院在認定事實時犯有明顯錯誤時方可通過上訴的

機制予以糾正，廢止和變更一審法院的判決或命令發回重審。

《刑事訴訟法典》第四百條第二款 c 項要求上訴依據必須是「明顯」的審查證據錯誤正是上述立法理念的體現。

所謂「審查證據明顯錯誤」是指法院在認定事實時明顯有違經驗法則和常理或明顯違反法定證據原則。「明顯」者是指一般常人亦能輕而易舉且毫不用思考便能察覺者。

根據《刑事訴訟法典》第一百一十四條規定，法官根據自由心證原則，按一般經驗法則和常理來評價各種被審查及被調查證據的證明力，以認定或否定待證事實。

而上訴人D及F的主張是以其主觀審查證據的結論來質疑和否定一審法院合議庭法官的內心確信。

然而，結合上述的條文及立法理由，僅當有資料顯示出一審法院在審查證據以形成其內心確信時犯有明顯錯誤時，上訴法院方可通過上訴機制介入對之審查，否則一審法院內心確信不受上級法院的審查。

此乃澳門現行法律所規定的刑事上訴原則。

至於上訴人F指出原審法院認定另一嫌犯A以「出千」方法令上訴人贏出為結論性事實，原審法院根本不存在任何證據得出「出千」的結論。

本合議庭同意上訴人所主張，即「出千」屬結論性事實。然而

卻不同意原審法院不能根據其餘的獲證事實裁定上訴人為詐騙罪
的共同正犯。

事實上，根據上文轉錄的獲證事實，只要我們整體解釋獲證事實，便可從兩被害人均被虛假的投資合作計劃先被誘至深圳或香港，繼而各行為人再因虛構的公司負責人因工作繁重而未能在深圳或香港與被害人見面，因而要求被害人來澳與彼等會面，再將彼等帶往酒店房間藉洽談生意合作為名，誘使參與賭局為實，並承諾即使輸錢亦不用支付等種種事實及情節，足以支持行為人以「詭計」手法使被害人受騙輸錢的結論。即使「出千」這一表述為結論性判斷而不作考慮，僅憑以上描述獲證事實所顯示者亦足以對各行為人判以詐騙罪論處。

因此，兩上訴人這部份的上訴理由明顯不成立。

4. 量刑過重問題

各上訴人均不約而同地提出量刑過重的問題。

然而，根據已證事實，實施犯罪的各情節而言，本合議庭未見原審法院有量刑過重之虞。

至於上訴人 G 主張其不應以 6/2004 號法律第二十二條加重論處，然而根據獲證事實，上訴人 G 在實施事實時確實以非法入境者狀態身處澳門，故採上述法律第二十二條加重處罰並無不當之虞。

三、裁判

綜上所述，中級法院合議庭通過評議會表決，基於上訴理由明顯不成立，裁定駁回各上訴人 A、C、G、D 及 F 的上訴。

由上訴人 A 支付訴訟費用當中包括 8 個計算單位的司法稅及根據《刑事訴訟法典》第四百一十條第四款規定處以 8 個計算單位的制裁。

由上訴人 C 支付訴訟費用當中包括 8 個計算單位的司法稅及根據《刑事訴訟法典》第四百一十條第四款規定處以 8 個計算單位的制裁。

由上訴人 G 支付訴訟費用當中包括 4 個計算單位的司法稅及根據《刑事訴訟法典》第四百一十條第四款規定處以 4 個計算單位的制裁。

由上訴人 D 支付訴訟費用當中包括 6 個計算單位的司法稅及根據《刑事訴訟法典》第四百一十條第四款規定處以 6 個計算單位的制裁。

由上訴人 F 支付訴訟費用當中包括 5 個計算單位的司法稅及根據《刑事訴訟法典》第四百一十條第四款規定處以 5 個計算單位的制裁。

由上訴人 D、F、G 分別向 Vv 實習律師、Ww 律師及 Xx 實習律師支付澳門幣捌佰圓、壹仟貳佰圓及捌佰圓的辯護人酬金，由終審法院院長辦公室墊支。

由於上訴人 C 在自行聘用辯護人前已由 Xx 實習律師為其提交上訴狀，故應由上訴人 C 向 Xx 實習律師支付澳門幣捌佰圓的辯護人酬金，由終審法院院長辦公室墊支。

通知各訴訟主體。

二零零九年十一月二十六日，於澳門特別行政區

賴健雄

蔡武彬

José M. Dias Azedo (司徒民正)